

Conservação como negócio | Organizações tentam fisgar empresas para investir nos parques brasileiros

JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Inspirado nas experiências bem-sucedidas de concessão de serviços à iniciativa privada nos parques da Argentina, África do Sul e dos Estados Unidos e no do Iguaçu, no Paraná, um grupo de organizações tenta atrair interesse de empresas para as Unidades de Conservação (UCs) de uso público do Brasil. Entre outros benefícios para as UCs, espera-se que a participação privada na operação, sobretudo nos parques, aumente significativamente a visitação, melhore seu estado de conservação e gere muito mais receita com a oferta de serviços e atividades de ecoturismo. Apesar de contar com incontestável beleza cênica, abundância de atrativos naturais e diversidade de paisagens, a maioria esmagadora de nossos parques recebe poucos visitantes.

Só um parque nacional dos Estados Unidos, o de Yosemite, na Califórnia, recebeu 4,1 milhões de turistas em 2011, pouco menos que os 5 milhões que ingressaram nos 67 parques nacionais brasileiros. A maior parte da visitação concentra-se em apenas duas unidades, os parques nacionais do Iguaçu (1,4 milhão de visitantes em 2011) e da Tijuca (2,3 milhões). Entre ingressos e repasses de concessionários que operam

em Iguaçu e no Parque da Serra dos Órgãos (no Rio de Janeiro), o Instituto Chico Mendes (ICMBio) recebeu a soma pouco expressiva de R\$ 24,4 milhões no ano passado.

Motivar empresas para investir em parques é um desafio bastante árduo no Brasil. Mas a movimentação de atores sociais em torno do assunto nunca foi tão intensa como neste início de década. Uma promissora ponte entre os setores público e privado está sendo costurada pelo Instituto Semeia, em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta).

Para ajudar os governos a mostrar às empresas que é um bom negócio investir em áreas protegidas, o Semeia desenvolve desde 2011 estudos de viabilidade econômica para a operação privada de sete parques e dois monumentos naturais nos estados de Minas Gerais, Rio e São Paulo. O projeto mais avançado é o da Rota Lund, que compreende o Parque do Sumidouro e dois monumentos naturais, três UCs estaduais situadas na Grande Belo Horizonte. Nesse caso, o estudo recomenda ao governo mineiro que licite a operação da Rota Lund por meio de uma

parceria público-privada (PPP), segundo Gustavo Timo, conselheiro da Abeta e consultor do Semeia.

Análise preliminar do Semeia prevê que a PPP dobre para 160 mil o número anual de visitantes na Rota Lund, com geração anual de receita na casa dos R\$ 16 milhões, com a exploração de ingressos, restaurantes, lojas, hotelaria e ecoturismo (hoje a venda de ingressos totaliza perto de R\$ 700 mil anuais). No Parque Nacional da Serra da Bocaina (divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro), o potencial de arrecadação anual é ainda maior, R\$ 28 milhões no modelo de operação por PPP, segundo cálculos iniciais do Semeia. “Se não melhorarmos a visitação nos parques, os ruralistas vão ‘dinamitá-los’”, adverte Ana Luísa Da Riva, diretora-executiva do Semeia.

O modelo da PPP tende a ser mais utilizado em parques com custo alto de manutenção, embora de considerável potencial turístico. Na PPP, o privado é remunerado pelo governo em decorrência de metas de desempenho. Nas concessões, como em Iguaçu e na Serra dos Órgãos, é a concessionária que repassa dinheiro ao ICMBio, que inicia este mês estudos para estruturação de PPPs em quatro parques

do Nordeste. Também serão lançados editais para concessões de serviços para a iniciativa privada em nove parques, tais como Abrolhos (na Bahia), Serra da Bocaina e Chapada dos Veadeiros (Goiás). “O planejamento dos serviços e o padrão a ser exigido do concessionário devem considerar as condições do mercado”, admite Sonia Kinker, coordenadora-geral de visitação do ICMBio, em Brasília.

No Parque do Iguaçu, há hoje seis concessionários explorando serviços de sobrevoo, trilhas, hotelaria, navegação, transporte, alimentação e ingressos. A grande revolução na operação da UC ocorreu em 2000, quando a empresa Cataratas do Iguaçu venceu licitação para operar a venda de ingressos e outros serviços. O número de visitantes mais que dobrou, dos 600 mil anuais para 1,5 milhão (previsão para 2012), e prevê-se que o faturamento alcançará R\$ 55 milhões este ano, mais que o triplo do que arrecadou em 2005, informa Celso Vitreo Florêncio, gerente-geral da empresa, que investirá R\$ 62 milhões em suas duas novas concessões, nos parques de Fernando de Noronha e da Tijuca. “Para o Iguaçu, foi um projeto pioneiro que deu muito certo. A visitação vem crescendo de 5% a 10% ao ano e o parque gera 800 empregos diretos através de seus concessionários”, comemora Jorge Pegoraro, chefe do parque.

ENTREVISTA VANESSA PETRELLI CORRÊA

PAINEL DA ONU DISCUTIRÁ INDICADORES MAIS ABRANGENTES

O debate sobre indicadores mais abrangentes que o PIB será um tema central do Painel de Alto Nível – anunciado no início de agosto pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon – para discutir a agenda de desenvolvimento global após 2015 e do grupo intergovernamental que definirá os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É o que prevê Vanessa Petrelli Corrêa, uma das 26 personalidades nomeadas por Ban para o painel da ONU e entrevistada por PÁGINA22 enquanto ocupava a presidência interina do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cargo recentemente transmitido ao economista Marcelo Neri, da FGV. **JAGP**

Como a experiência com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) poderá ajudar na definição dos ODS?

Pelos resultados dos ODM, os indicadores para medir os avanços de desenvolvimento não devem desconhecer os avanços na distribuição de renda, redução da pobreza e melhoria na educação. Você pega o PIB de dois países. O PIB de um país cresceu sem distribuir renda. O outro PIB cresceu melhorando saúde, educação e preservando as condições ambientais. Qual dos dois países tem um melhor desenvolvimento? Indicadores meramente econômicos são insuficientes. O debate sobre os indicadores será uma questão central tanto no painel da ONU como no grupo intergovernamental que debaterá os ODS.

Tal discussão poderá gerar massa crítica para pensar em novos indicadores?

Posso dar um exemplo clássico. A taxa média de crescimento do Brasil de 2004 a 2011 foi de 4,3% ao ano, relativamente menor que a dos outros países dos Brics. Só que o Brasil cresceu distribuindo renda, reduzindo a pobreza drasticamente, e não necessariamente isso aconteceu em todos os Brics. Portanto, são discussões fundamentais nesse debate o conceito de desenvolvimento e qual é a métrica que o mensura.

Qual será a participação do Ipea na definição dos indicadores para monitorar os ODS?

Eventualmente, o Ipea pode ser chamado a participar de uma mesa-redonda sobre o assunto. Mas isso deverá ser primeiramente um movimento do governo brasileiro. O Ipea teve participação importante no acompanhamento dos ODM, que foram definidos por uma comissão da ONU. No caso dos ODS, eles serão fruto de uma discussão entre governos.

Enquanto os ODM limitam-se ao mundo em desenvolvimento, os ODS serão universais.

Como isso influenciará a negociação dos ODS? Obviamente, essa não será uma discussão trivial. A convergência não é direta, especialmente porque serão tratadas questões vinculando responsabilidades, inclusive financeiras. Isso envolverá uma discussão longa. O importante é que lá sejam tirados princípios e indicadores e acordadas as responsabilidades. E um dos elementos fundamentais é pensar o futuro sem separá-lo da questão ambiental. É pensar as condições de avanço do desenvolvimento a longo prazo com o meio ambiente dentro. A análise do desenvolvimento sustentável já é por si só um tema para o próprio Brasil, que não pode destruir uma riqueza única.

Mas o modelo atual de investimentos em infraestrutura tem atropelado prerrogativas ambientais. Como a senhora vê o desafio de crescer sem cruzar os limites ecológicos?

Pensar nisso é pensar nos padrões de consumo dessa população que estamos incluindo, no transporte coletivo, coleta de lixo, energia, na complexidade de nossas cidades médias, que estão crescendo muito rapidamente. Por isso, esse é um debate brasileiro, sobre como crescer sem destruir o meio ambiente. Outra coisa interessante no processo de definição dos ODS é que possivelmente serão feitas discussões entre países que pertencem ao mesmo bioma.

